

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
CURSO DE LETRAS – PORTUGUÊS

AMANDA LOPES MATTOS RODRIGUES

**CELTIBÉRICOS: VESTÍGIOS LINGUÍSTICOS E INFLUÊNCIAS NO LATIM E NAS
LÍNGUAS ROMÂNICAS**

Brasília - Distrito Federal
2023

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
CURSO DE LETRAS – PORTUGUÊS

AMANDA LOPES MATTOS RODRIGUES

**CELTIBÉRICOS: VESTÍGIOS LINGUÍSTICOS E INFLUÊNCIAS NO LATIM E NAS
LÍNGUAS ROMÂNICAS**

Trabalho de conclusão de curso submetido ao curso de graduação Letras – Português da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em Letras – Português.

Orientadora: Prof. Dr. Jane Adriana Ramos Ottoni de Castro

Brasília - Distrito Federal
2023

À minha mãe, que me possibilitou estar aqui através do estudo de qualidade que me proporcionou durante a escola, e ao Joey, que me motivou em todos os trabalhos e aulas online com a sua presença ilustre em forma de choros e latidos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos familiares que apoiaram a minha jornada no curso de Letras, em especial à minha mãe e minhas irmãs, Bárbara e Rafaela, que me ouviram em todos os momentos de desespero. Agradeço à Fernanda, Marcello e Ana Karollyna, que me acompanharam durante as aulas, me proporcionaram risadas e me motivaram a chegar ao final do curso. Ao Sócrates, Joey e Julie, por sempre estarem do meu lado e garantirem meu entretenimento diário. À professora Jane, que aceitou orientar um tema difícil e que me guiou calmamente por todo o processo de conclusão deste trabalho. Ao Tae, que fez meu abstract às cinco da manhã de um domingo. Às professoras Marcela e Luciana, que possibilitaram que minha experiência de estágio fosse extraordinária. Ao meu pai, que sonhava em ver uma das filhas numa universidade federal, e que, de onde estiver, possa estar orgulhoso de mim nesse momento. E, por fim, agradeço à Universidade de Brasília, tão querida para mim, que me proporcionou conhecimento suficiente nesses quatro anos e meio para que eu pudesse concluir este curso.

*"Time changes all things; there is no reason why
language should escape this universal law."*

(Ferdinand de Saussure)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo centralizar o celtibérico, uma língua céltica pré-romana da Península Ibérica, como fator de influência no latim falado na Hispânia e, conseqüentemente, nas línguas românicas que surgiram do superestrato latino e dos substratos peninsulares, traçando um panorama linguístico-histórico pelas culturas anteriores até o Celtibérico Pleno, falado entre os séculos II e I a.C., onde é possível encontrar o principal vestígio escrito em língua latina vulgar: a *Tabula Contrebiensis*.

Palavras-chave: linguística histórica; Península Ibérica; celtibérico; latim; línguas românicas.

ABSTRACT

This essay's goal is to centralize Celtiberian, a pre-Roman Celtic language from the Iberian Peninsula, as influence on the Latin spoken in Hispania and, consequently, on the Romance Languages that emerged from the Latin superstratum combined with the peninsular substrates, outlining a linguistic and historical panorama from the previous cultures until the Plenum Celtiberian era, spoken between the 2nd and 1st centuries BC, when the main scripture in Vulgar Latin was written: the *Tabula Contrebiensis*.

Key-words: historical linguistics; Iberian Peninsula; celtiberian; latin; Romance languages.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. ORIGEM DOS CELTIBEROS	11
2.1 PROTO-CELTAS, CELTAS E A CULTURA DIASPÓRICA	11
2.2 A ENTRADA DOS CELTAS NA PENÍNSULA IBÉRICA	14
2.3 OS POVOS ANTERIORES AOS ROMANOS NA PENÍNSULA IBÉRICA	17
2.4 IBEROS	20
3. A COMUNIDADE CELTIBÉRICA	22
4. AS GUERRAS CELTIBÉRICAS E A ROMANIZAÇÃO DA CELTIBÉRIA	26
5. OS VESTÍGIOS DA LÍNGUA CELTIBÉRICA NO LATIM E NAS LÍNGUAS ROMÂNICAS	29
5.1 TOPONÍMIA – MAIORES EVIDÊNCIAS DE INFLUÊNCIA	29
5.2 <i>TABULA CONTREBIENSIS</i> – UM DOCUMENTO CELTIBERO-ROMANO	30
5.2.1 VOCABULÁRIO DO DIREITO ROMANO	30
5.2.2 O USO DO DITONGO 'EI'	32
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34
8. ANEXOS	37

1. INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema nasceu a partir do fato de que, em matérias sobre a origem das línguas hispânicas, os celtas são mencionados diversas vezes, mas sem aprofundamento, o que causa dúvidas. Nesta pesquisa, trabalho apenas um deles, os celtiberos, tendo como um dos objetivos trazer o reconhecimento do substrato céltico da Península Ibérica como fator de influência nas línguas hispânicas, dando ênfase para um dos vestígios mais importantes: a *tabula contrebiensis*.

Além de não ter aprofundamento nos principais textos sobre a origem das línguas atuais da península, nós, falantes de língua portuguesa, não conseguimos encontrar pesquisa em nossa língua materna sobre essa civilização, apenas em espanhol e em inglês. O segundo objetivo é ultrapassar essa dificuldade e preencher essa lacuna no conhecimento diacrônico, em especial, do português e do espanhol.

A dificuldade de pesquisa na área ainda vai além. Apesar dos historiadores e geógrafos clássicos abordarem os celtiberos em alguns textos, essa civilização começou a ser estudada apenas no final do século XIX, quando os artefatos começaram a ser encontrados, como a placa de bronze de Lugaza por exemplo, porque a fonte clássica costumava se referir aos celtiberos de forma errônea, nomeando qualquer povo hostil como celtiberos e regularmente confundindo os diferentes celtas da Península. E a placa abordada neste trabalho, *tabula contrebiensis*, foi encontrada apenas no final do século XX. Isso mostra que é um tema relativamente novo, explicando assim a falta de artigos sobre a língua desse povo.

Para entender plenamente como essa comunidade celta se fez importante na história linguística da Península, é necessário abordar como os celtas se instalaram na região, visto que estes foram encontrados em diversas regiões da Europa Central e nas Ilhas Britânicas. Para isso, utilizei dados arqueológicos e históricos para traçar uma cronologia dos povos ibéricos que habitavam o local e como os celtas se fundiram com essas culturas até formarem os celtiberos.

As pesquisas costumam abordar separadamente aspectos históricos, arqueológicos e linguísticos, porém, as três faces estão diretamente correlacionadas pelos artefatos encontrados serem escritos e os indícios históricos serem descritos por historiadores e

geógrafos clássicos. Da mesma forma, a linguística é afetada pela arqueologia, uma vez que artefatos escritos foram encontrados, e pela História, dado que as invasões na península, especialmente pelos romanos, afetaram a escrita celtibérica, explicando o porquê de existir uma placa em latim escrita por um povo celta da Península Ibérica.

Por fim, apresento três características sobre a língua celtibérica que possa indicar influência no latim e nas línguas românicas atuais, utilizando do fato de que algumas cidades mantêm o nome celtíbero e conclusões da *tabula contrebiensis* nas questões do vocabulário jurídico romano e do constante uso do ditongo 'ei' nas palavras que deveriam ter um 'i'.

2. ORIGEM DOS CELTIBEROS

2.1 Proto-celtas, celtas e a cultura diaspórica

A origem dos celtas é difusa por serem tribos migratórias e, na maioria das vezes, sem registro escrito. Porém, é comumente aceito que sua raiz tenha começado no fim da Idade do Bronze (CLAYTON, 2019), através da cultura de Hallstatt e, mais tarde, cultura de La Tène, datadas respectivamente entre 1200 a.C. até 500 AC e 450 a.C. até a conquista romana no século I a. C., as duas na Europa Central. As evidências são os itens que eles produziam, encontrados através de escavações arqueológicas, que evidenciam o nascimento da língua proto-celta, e os escritos gregos e romanos sobre esses povos.

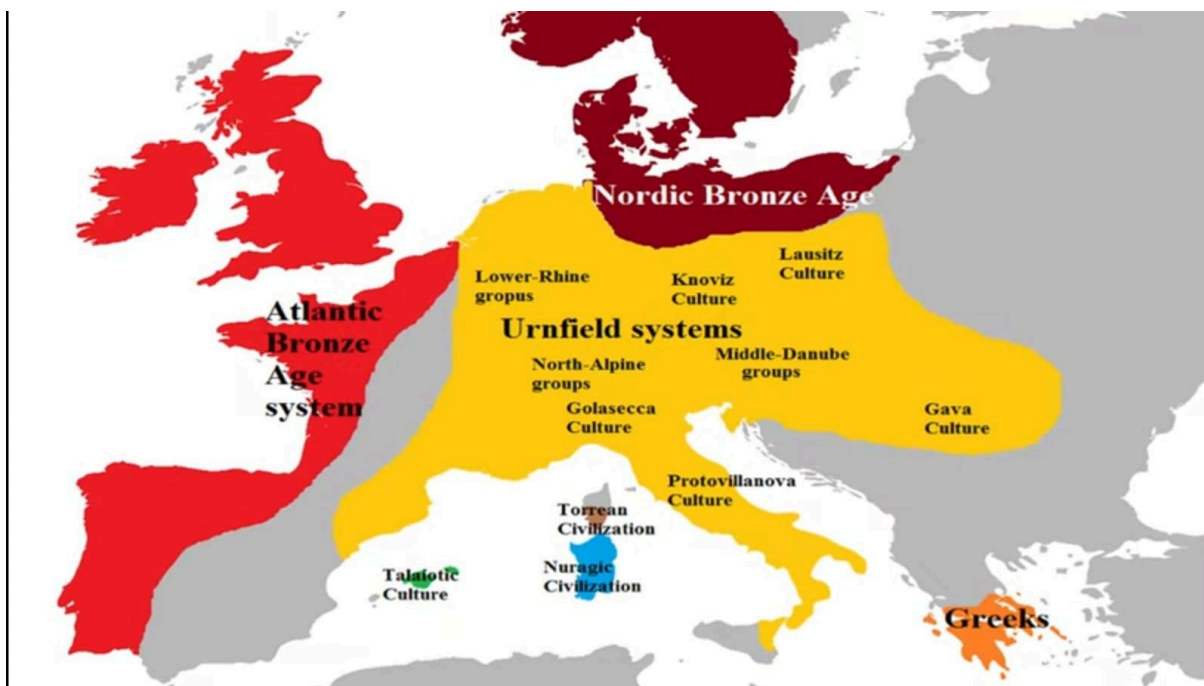


Figura 0. Mapa europeu durante a cultura dos Campos de Urnas Fonte: Wikipédia.

A cultura Hallstatt se desenvolveu a partir da cultura dos Campos de Urnas, que viviam ao longo do rio Danúbio há 3000 anos atrás. O nome vem do tipo de ritual funerário que essas tribos tinham, que era: cremar os corpos, colocar as cinzas em uma urna e enterrá-las em largos campos. Tanto a cultura dos Campos de Urnas quanto a de Hallstatt são culturas materiais, isto é, não pertencem a uma tribo ou etnia, e nem todas as tribos que praticavam tornaram-se celtas. Contudo, as tribos que praticavam esse ritual funerário possuíam características similares, como fortes de madeira ou pedra e produção de cerâmicas

e itens de metal. Eles perduraram até o início da cultura de Hallstatt, mas já não há vestígios de sua existência a partir do século VIII a.C.

Tratando agora da cultura Hallstatt, que são de fato os proto-celtas, é possível dividir seu período de existência em quatro partes: Hallstatt A, que vai de 1150 a 1050 a.C.; Hallstatt B, que vai de 1050 a 850 a.C.; Hallstatt C, que vai de 850 a 620 a.C.; e Hallstatt D, que vai de 620 a 450 a.C.

Os primeiros, A e B, compõem a época chamada pré-Hallstatt, onde o sal foi descoberto e se tornou item essencial para a vida dos povos da Europa Central, visto que era possível manter os alimentos conservados por mais tempo, junto com cobre e estanho, metais necessários para fazer o bronze. O que difere a cultura dos Campos de Urna para o Hallstatt são suas práticas funerárias, que mudou para cremação e enterro de corpos.

Os posteriores, C e D, foram marcados pela mudança do bronze para o ferro. Com o ferro, eles produziam armas, ferramentas e vários objetos que eram possíveis ser comercializados, o que fez com que eles se desenvolvessem economicamente e se expandissem pelo território europeu. Como eles ficavam localizados perto de rios, eles começaram a expandir sua rota comercial para lugares mais afastados da Europa, como os escandinavos ao norte e os mediterrâneos ao sul, formando assim um sistema muito lucrativo de troca.

Com o poder econômico que possuíam, as sociedades Hallstatt passaram a se organizar em chefatura. As chefaturas são um tipo de organização política hierárquica, em que a liderança é monopolizada por um grupo, nesse caso era uma aristocracia de guerreiros. Para garantir a posição de poder, eles tinham itens únicos e raros adquiridos nas trocas comerciais e podiam praticar partes da cultura de outros povos. Era uma riqueza instável, portanto, quando acabavam os recursos para troca, principalmente o sal, eles atacavam um povoado próximo e se instalavam.

Os povoados da cultura de Hallstatt habitavam fortes no alto de montanhas, onde ficava a comunidade de aristocratas que detinham autoridade no resto da região. Fora do forte, ficavam comunidades agrárias, que, quando havia ataque, eles se alojavam dentro do forte.

Devido a esse modelo de sociedade e à superpopulação das comunidades Hallstatt, era comum que as pessoas se juntassem aos guerreiros quando eles faziam a migração para se alojarem em outro lugar menos povoado, criando diferentes civilizações que falavam uma variação desse proto-celta.

O auge da cultura Hallstatt se fez no período D. As trocas comerciais foram expandidas ao seu máximo, especialmente na costa mediterrânica, que trocavam com os gregos da Massalia e estes transportavam seus itens muito além no Mar Mediterrâneo. Eles eram influenciados na mesma proporção que influenciavam, portanto, trouxeram uso de tecnologias mais avançadas na fabricação dos itens de ferro e mineração, e exportaram sua própria tecnologia em itens produzidos com o ferro.

Com a queda da cultura de Hallstatt, a cultura La Tène se desenvolveu no final da Idade do Ferro. Não há clareza sobre o processo e a precisão cronológica dessa mudança. Porém, o que se sabe é que, em meados de 450 AC, a zona centro-oeste que os Hallstatt dominavam acabou, os túmulos dos ricos e os fortes ocupados pela aristocracia pararam de existir. Em contrapartida, a 150 quilômetros ao norte desse polo de poder dos Hallstatt, uma outra cultura se fez ao longo do curso do lago Neuchâtel, nos alpes. (CUNLIFFE, 1997, p. 63)

As duas culturas compartilhavam um sistema social baseado em uma elite guerreira, a coleção de bens materiais advindos de trocas em rotas comerciais e o mesmo problema de superpopulação, três fatores que contribuíram para continuarem a se espalhar pela Europa em novos povoados. Dessa forma, eles se expandiram no século IV a.C. para a Espanha e até Ásia Menor. A esse ponto, a História começa a ser contada pelos gregos e romanos, que se referiam a eles como *keltos* e *gaul*, respectivamente, os conhecidos Celtas. O possível marco inicial foi a invasão de Roma em 18 de julho de 390 a.C. "*The attack remained a vivid folk memory in Rome's collective consciousness, and stories about the Celtic migrations from beyond the Alps would have been told to every schoolchild.*" (CUNLIFFE, 1997, p. 68)

Os celtas, advindos dessas duas culturas materiais, não possuíam ligações entre si pelo mesmo fator que as anteriores, as inúmeras migrações. Existiam milhares de povoados espalhados pelos mais diversos lugares da Europa e era comum que eles batalhassem entre si por um novo território, chegando a se aliar à uma terceira parte para resolver o conflito. Portanto, quando Júlio César se interessou pela Hispânia e a Gália, demorou menos de uma

década para conquistá-las, acabando então com os celtas da Europa Central. (CLAYTON, 2019)

Apesar da falta de unificação política, essas diferentes civilizações são conectadas entre si por causa das similaridades linguísticas. Todas descendem do proto-celta, um tronco linguístico indo-europeu que produziu as línguas modernas: inglês, espanhol, francês, alemão, hindu, punjabi, persa, italiano e português. E se dividem em continental e insular, sendo o insular referente à região da Grã-Bretanha e o continental ao restante, este que será usado como referência.

2.2 A entrada dos celtas na Península Ibérica

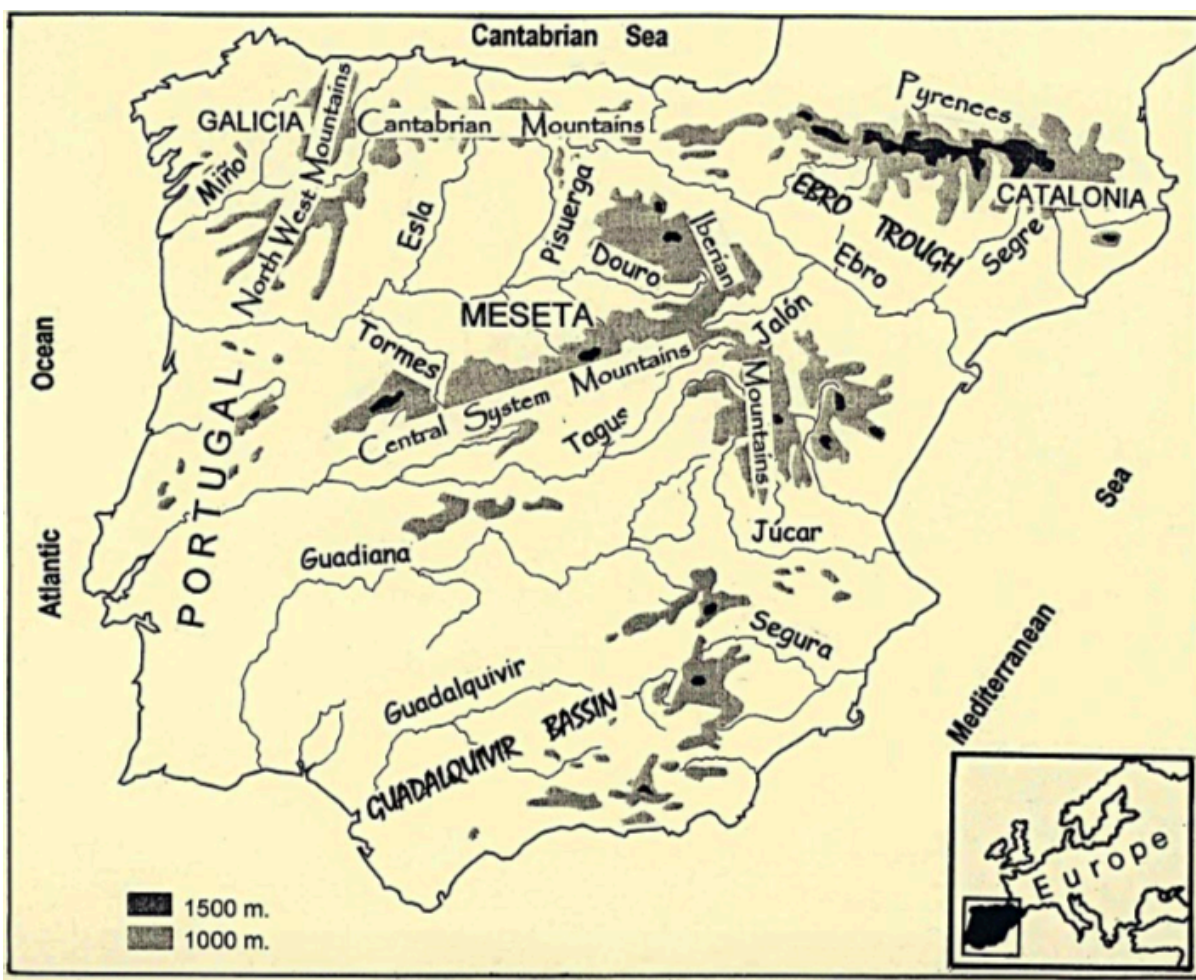


Figura 1. Características geográficas da Península Ibérica. Fonte: LORRIO; ZAPATERO, 2005, p. 170

Não há um consenso sobre a origem dos celtas na Península Ibérica, tendo contradições aparentes entre dados linguísticos, históricos e arqueológicos. Desde a descoberta da existência pelos gregos e o interesse pelo estudo desse povo no século XVIII,

existem várias teorias de como eles migraram para o local e, a cada evidência arqueológica feita ao longo dos anos, elas são refutadas.

De forma cronológica, o primeiro historiador a falar sobre os celtas na região foi Heródoto (485 a.C. – 425 a.C.), que também é o primeiro registro do etnônimo *Keltoi*. Considerado "pai da História" por Cícero, ele viajou por vários lugares do mundo antigo, fato crucial para seus escritos históricos. Dessa forma, ele fez duas afirmações: que a nascente do rio Danúbio era a terra dos Celtas, sendo a localização a cordilheira dos Pireneus (figura 1), ao norte da Espanha, onde faz fronteira com a França; e que "faziam fronteira com os Cónios e ficavam além dos Pilares de Hércules" (LORRIO; ZAPATERO, 2005). Os Cónios eram um povoado localizado no sul de Portugal, sua origem ainda é desconhecida, mas, até então, para Heródoto, eram a tribo mais afastada para o oeste da Europa. Assim, as duas afirmações se tornam contaditórias e vagas, não contribuindo para a real origem dos celtas na península.

Outros historiadores gregos mencionam os celtas brevemente. Éforo de Cime (405 a.C. – 330 a.C.) acreditava que eles ocupavam a maior parte da região. Sucessor a Éforo, Diodoro Sículo (90 a.C. – 30 a.C.), que foi responsável por preservar as obras do antecessor ao copiar fragmentos de seus escritos, confirmou a presença dos celtas ao sul. Segundo seus escritos, quando Amílcar Barca, general cartaginês responsável pela conquista da Hispânia, chegou na península em 237 a.C., ele teve que enfrentar os Tartessos, civilização que é confirmada como habitante do sul da região, os Iberos, também ocupantes do sul, e os Celtas. (LORRIO; ZAPATERO, 2005)

Todavia, apesar de haver escritos clássicos que falam sobre os celtas, nenhum especula a origem. Somente no início do século XX, meados das décadas de 1920 e 1930, quando houveram maiores evidências arqueológicas, que pode ser traçada uma possível rota de chegada dos celtas na península ibérica. A teoria mais conhecida é de Bosch Gimpera em seu livro *Two celtic waves in Spain* de 1943, que separa a invasão dos celtas em duas ondas:

He placed the first around 900 BC and linked it with the Urnfield Culture from southern Germany, which according to him penetrated the Peninsula via Catalonia, where a process of naturalization of the invaders took place up until the mid seventh century BC. He defined the second wave as being made up of groups of Hallstatt peoples from the Lower and Middle Rhine, who arrived in the Peninsula in several stages between 650 and 570 BC via the western passes of the

Pyrenees, which is why their influence was fully felt in the Meseta region. The Belgae were the last Celtic group to arrive in the Peninsula around 570 BC, pre-dating the first La Tène culture objects, which were the result of trade relations. The Belgae settled in the northern Meseta and in the Ebro River Valley, bringing with them elements that would give rise to the so-called "Post-Hallstatt Culture". (p. 172)

Outra teoria conhecida da mesma época é a de M. Almagro Basch, que em seu livro *La invasión céltica en España*, de 1952, afirma que os celtas invadiram a península ibérica apenas uma vez em meados de 800 a.C. e foram se expandindo gradualmente. Porém, descobertas posteriores na região mostraram que a zona dos celtíberos e as zonas que haviam campos de urnas (da cultura dos campos de urnas), ditas no tópico anterior como um dos povos originários dos celtas, são diferentes e a língua falada na zona dos campos de urnas não era indo-europeia, como no caso dos celtas. (CUNLIFFE, 1997)

Atualmente, a teoria mais reconhecida e aceita é do espanhol M. Almagro Gorbea, que começa em 1987, em seu texto em colaboração com A. Lorrio *La expansión céltica en la Península Ibérica: Una aproximación cartográfica*, e continua em outros textos do mesmo autor. As teorias anteriores tratavam de uma invasão celta, mas, nessa, ele fala sobre uma "celtização" da região, isto é, houve uma assimilação gradual da cultura proto-celta da Idade do Bronze Atlântica pelas elites indígenas do local. A Idade do Bronze Atlântica ocorreu durante 2000 a.C. até 700 a.C e era um círculo cultural e comercial entre as zonas oceânicas dos países Bálticos, da Grã-Bretanha, da Irlanda, da Bretanha francesa e da Península Ibérica no extremo ocidente da Europa. Os povos dessas regiões tinham conhecimento marítimo e riqueza em jazidas mineiras, permitindo assim contatos tecnológicos e culturais entre si (BETTENCOURT, 1998, p. 21).

Os povos habitantes da Península Ibérica absorveram traços religiosos, arquitetônicos e linguísticos dos proto-celtas durante esse período, o último citado por Cunliffe "*Among the distinguishable characteristics are a language form in which place and personal names retain an initial P and are closely related to the later Lusitanian language (...)*" (p. 139). E, assim, essa mistura de culturas se desenvolveu no leste da Meseta (figura 1), a partir do vale do rio Ebro, nos séculos 800 a.C. e 700 a.C. e se tornaram posteriormente os Celtíberos.

2.3 Os povos anteriores à invasão romana na Península Ibérica



Figura 2. Povos pré-romanos Fonte: Areán-García (2009)

Considerando que os celtiberos eram uma civilização anterior à invasão romana, eles (nem tão pacificamente) coexistiam com os outros povos na península e sua origem é mesclada com os iberos, é de suma importância que seja discutido os povos habitantes da península, tendo destaque especial para os iberos no próximo tópico.

Assim como a origem dos celtas na península é incerta por falta de dados linguísticos, históricos e arqueológicos, é também as informações sobre as civilizações existentes antes da tomada do território pelos romanos. Como mostra o quadro acima, existiam muitos povos e o momento de existência deles ocorreram em épocas diferentes, isto é, não é um mapa historicamente estático.

De forma inicial, pode-se dividir as civilizações pela sua origem étnica. A base indígena tem três elementos essenciais: o pirenaico, o pré-ibérico e o ibérico. Como citado por Serafim Silva Neto (1986), "de um lado, os povos advindos da cultura capsense (irmãos dos da África menor e da Líbia), que se estendem desde o sul de Portugal e Andaluzia, até o norte da Catalunha, dos quais surgem, na época histórica, os Iberos, os Cônios, os Vetões, etc; de

outro lado, os povos da região cantábrico-pirenaica (irmãos dos de Oeste e Sul da França), de onde saem os povos históricos vasco e asturiano." (p. 56)



Figura 3. Mar Mediterrâneo. Fonte: Map of Ancient Piracy and Barbary Corsairs in Mediterranean Sea. North African coast, and southern European coast by Culture Club/Getty Images.

A cultura capsiana, ou capsense, conhecida por ser a origem pré-ibérica, foi uma cultura mesolítica e neolítica situada na região noroeste da África, conhecida como Magreb, que abarca os atuais países Marrocos, Argélia e Tunísia. Foi observada uma evolução paralela e concordante com a da península ibérica, o que levou à conclusão de que esta seria originária do pré-ibérico. A principal comprovação dessa evidente migração para o sul da Espanha, região conhecida como Almeria (marcado em verde na figura 3), partindo da costa de Oran (circulado em verde na figura 3), foram as famosas pinturas rupestres encontradas no concelho de Los Vélez, na Espanha, que apresentam similaridades com as do norte da África. (BOSCH, 1930, p. 278)

Existem diferentes tipos de artefatos arqueológicos da cultura capsense ao longo da Península Ibérica. A teoria mais aceita é que, dado a migração da cultura capsense, eles se desenvolveram também no sul da França, com uma civilização de cerâmica ornamentada, na mesma época que a comunidade de Almería. Eles retornam para a Espanha pela cordilheira dos Pireneus (marcado em vermelho na figura 3) depois da influência que tiveram das outras culturas vizinhas do neolítico e se tornam o povo da cultura pirenaica, que persiste até o começo da idade do bronze. (BOSCH, 1930, p. 279)

A origem dos Cántabros é dada através das escavações de sítios arqueológicos, que mostram objetos característicos das civilizações ao longo do rio Danúbio e da cultura dos Campos de Urna, mesma origem dos celtas. A data estimada para uma possível entrada na região é a era do bronze. Eles eram de origem centro-europeia e mesclados étnica e culturalmente com os habitantes nativos da Península. Como foi dito antes, a península inteira passou por uma celtização, exceto algumas civilizações. O norte, região cantábrico-pirenaica, sofreu influência dos celtibéricos pela sua proximidade na Meseta Central (visto na Figura 1), mas a preservação da língua basca sugere que não houve uma completa celtização dessa região.

Em uma breve análise do mapa (figura 2), a região era dividida politicamente entre os povos ibéricos e os povos celtas na idade do ferro. Os povos de origem ibérica tinham um nível cultural avançado e negociavam com os fenícios, gregos e cartagineses no Mar Mediterrâneo; diferentemente dos celtas, que eram comunidades essencialmente bélicas. É válido dizer que a influência celta na península ibérica não se espalha de maneira uniforme e os celtiberos não eram os únicos celtas da região, tendo assim três grupos geográfico-culturais citados por Serafim Silva Neto: *1- o grupo da meseta central, rico em tipos e decorações de armas; 2 - o grupo celtibérico, bem conhecido graças às escavações de Numância; 3 - o grupo galaico-português.* (p. 59)

Além dos povos originários já mencionados e celtas, a península sofreu influência dos fenícios, gregos e cartagineses visto que esses povos invadiram a região, principalmente ao longo do Mar Mediterrâneo, no local onde inicialmente pertencia a Tartessos (figura 2). A civilização de Tartessos, possivelmente origem proto-ibérica, era rica em ouro, prata e marfim, como cita Heródoto, historiador grego já mencionado anteriormente, e as escrituras sagradas da religião cristã, que mencionam que as naus de Salomão voltavam carregadas das

riquezas de Tartessos. Em busca de dominar um local tão rico, gregos e fenícios, aliados dos cartagineses, disputaram o sul de Portugal, tendo os fenícios como vitoriosos, as colônias gregas tomadas e a cidade de Tartessos em ruínas. (p. 46)

É possível ver na figura 2, citadas em pontos pretos, as colônias que pertenciam aos gregos e, citadas em pontos brancos, as colônias que pertenciam aos fenícios em épocas diferentes. Depois da derrota dos gregos, os fenícios fundaram colônias como Gadir, Malaca e Abdera cerca de 1100 a.C., mostradas no mapa como colônias gregas. O motivo para isso acontecer foi que os fenícios não eram um povo colonizador, eram essencialmente comerciantes e navegantes, tendo como finalidade trocar mercadorias com os indígenas. Portanto, quando seu período marítimo se enfraqueceu, eles não conseguiram manter o domínio na região. Dito isso, os gregos voltam a invadir a península e tomar a região, desta vez servindo de influência para o desenvolvimento da arte dos povos ibéricos e fundando novas colônias. (p. 47)

Os que possuíam maior domínio na península ibérica (faixa laranja mostrada na figura 2), os cartagineses eram originalmente uma colônia fenícia e tinham relações com os fenícios que conquistaram a península ibérica, como dito anteriormente. Pelos registros greco-romanos de Avieno, Cílix de Carianda e Justino Mártir, eles invadiram a partir da antiga Tartessos possivelmente entre 509 a.C. e 348 a.C, entre as datas dos tratados romano-púnicos, pois no primeiro tratado não há menção do pertencimento da região pelos cartagineses e o fato é mencionado no segundo. (PINHO, p. 59)

Apesar de Amílcar e Aníbal (estadistas e generais de Cartago) terem conquistado um grande pedaço das terras, chegando a ocupar do Ebro ao Tejo, ambos vistos na figura 1 (Tejo é identificado como Tagus), eles não conseguiram dominar a Celtibéria. Porém, participam da história da Celtibéria, pois foi por meio das guerras púnicas, travadas entre os romanos e os cartagineses, que os romanos tomaram conhecimento da região hispânica e dominaram de conta da região, fato a ser explicado de maneira mais detalhada posteriormente neste trabalho.

2.4 Iberos

Os termos 'ibero' e 'ibérico' são de fonte grega, derivado do rio que corre ao longo da Península (figura 1), inicialmente 'Iberus' e atualmente 'Ebro', e foi utilizado nos textos de geógrafos clássicos para denominar a população que vivia ao longo desse rio. Na

contemporaneidade, utilizamos os mesmos termos 'ibero' e 'ibérico' para caracterizar os povos proto-históricos da zona mediterrânica com maior ou menor inclusão da Andaluzia e com maior ou menor extensão para o interior, embora normalmente inclua no conceito boa parte do vale do Ebro. Em suma, são essencialmente: Ausetanos, Bastetanos, Bastulos, Cessetanos, Contestanos, Edetanos, Ilercavões, Ilergetes, Indigetes, Laietanos, Oretanos (figura 2).

A origem histórica dessas civilizações foi uma junção da cultura discutida no tópico anterior, capsense, e a população paleolítica ibérica que existia em meados de 50.000 a.C., provada pelas pinturas rupestres feitas nas cavernas de Altamira em cerca de 20.000 a.C. Além dos elementos de proximidade regional, os iberos compartilham semelhança nas necrópoles de cremação, cerâmica e tronco linguístico não indo-europeu.

A cultura dos iberos se consolidou no sudeste da península durante a idade do bronze, depois da presença tartesiana e fenícia, que se encerrou em meados do século VIII, até o século I. Após a caída tartesiana e fenícia, a península passou por um período formativo que culminou para o desenvolvimento do antigo ibérico a partir de 600 a.C. e abrange todo o século V. Os séculos IV e III correspondem ao ibérico pleno, e II e I ao ibérico recente ou final, que já coexiste com a implantação da cultura romana. (p. 75)

As civilizações ibéricas, apesar de não serem uma só unidade sócio-política, possuíam relações de contato muito mais complexas e sofisticadas comparado às que existiam no mundo antigo. As fronteiras eram arbitrárias e, em certas zonas, o território poderia ser partilhado por diversos grupos étnicos e os grupos menos sedentarizados tinham liberdade para transitar. Portanto, as rotas comerciais não eram necessariamente exclusivas de um grupo étnico, o que dificulta saber quem eram os povos que faziam contato com as outras civilizações que comercializavam no Mar Mediterrâneo.

A teoria de evolução dos iberos é que houve um período formativo proto-ibérico durante os séculos VII-VI, coincidindo com a fundação de Ampúrias, cidade fundada por colonos gregos denominados 'fóceos' em 575 a.C., onde hoje é a província espanhola de Girona, e que teve sua queda em 545 pelos persas e derrota do domínio regional fóceo na batalha de Alália, travada contra os aliados cartagineses e etruscos. Com a queda dos gregos, os iberos puderam emergir.

O pleno ibérico aconteceu entre os séculos V-III e representa o período de maior desenvolvimento, pelo o que é possível concluir dos vestígios materiais encontrados a partir do século XIX (esculturas, cerâmicas) e a escrita. Eles possuíam técnicas de agricultura e de mineração, além de uma metalurgia desenvolvida, tendo a economia em torno disso e das rotas comerciais. Um exemplo disso são os Bastetanos, a prosperidade dessa tribo baseava-se numa rica agricultura e no controle das rotas que ligavam a zona de mineração da cordilheira da Serra Morena ao litoral, que eram zonas de contato entre gregos e os Contestanos.

A partir do século III, começaram os aparecimentos dos mercadores italianos após o segundo tratado romano-cartaginês do ano de 348 que menciona a península e é o que se chama de Época Ibérica tardia, anterior ao domínio romano em 218, que será discutido posteriormente. As tribos ibéricas foram perdendo força perante às invasões e a cultura se prolonga até o desaparecimento dos principais traços da cultura ibérica, que é incerto, pois alguns elementos permaneceram por muito tempo durante a habitação dos romanos na península.

3. A COMUNIDADE CELTIBÉRICA

O termo 'celtiber' foi criado por escritores clássicos para dar nome a um grupo de povos hostis à Roma, mas nem sempre o termo foi usado de maneira precisa, ocasionalmente foram utilizados para fazer alusão a outros grupos celtas da península. O nome é uma junção de 'celta' e 'íbero', porque houve um cruzamento das duas culturas para formá-los.



Figura 4. Cidades da Celtibéria (III a.C a I a.C.). Fonte: LORRIO (2001)

Geograficamente, a celtibéria dividiu-se em duas zonas: a celtibéria citerior, que ocupa o Vale da Jiloca, o Vale do Jalon e uma parte das margens do rio Ebro; e a celtibéria ulterior, que ocupa o alto do rio Douro até o rio Tejo (figura 1). Entre as civilizações principais, estão os *Lusones*, *Belos* e *Titos* na celtibéria citerior e os *arevacos* e *peleldones* na celtibéria ulterior. Era uma região de fronteiras instáveis que abarcavam civilizações diferentes, mas que, em geral, se destacavam pelo seu protagonismo bélico e o grande desenvolvimento das civilizações (produção escrita, de armas, moedas, Direito, administração estatal).

A primeira referência escrita em relação à Celtibéria situa-se no contexto da Segunda Guerra Púnica, como mencionado anteriormente, por Políbio, um historiador e geógrafo grego que cobriu a história do mundo Mediterrâneo entre 220 a.C. e 146 a.C. Ele menciona o lugar ao narrar a introdução do Cerco de Sagunto, momento histórico da primavera de 219 a.C., em que as tropas de Aníbal cercaram e conquistaram a cidade romana de Sagunto, na atual província de Valência na Espanha. A partir desse acontecimento, passaram a ser recorrentes as menções à Celtibéria, principalmente durante o século II, porque participaram ativamente como mercenários ao lado dos cartagineses durante a Segunda Guerra Púnica, travaram

batalhas contra os romanos no que foi chamado de 'Guerras Celtiberas' (aprofundado no próximo tópico); e participaram das Guerras Sertorianas no século I.

Segundo Lorrio (2001), os celtiberos passaram por quatro fases históricas: proto-celtiberiano, Antigo Celtibero, Pleno Celtibérico e o Celtíbero Tardio. A primeira, proto-celtiberiano acontece entre VIII a VI a.C., entre a idade do bronze final para a idade do ferro, e é caracterizado como o período antes da formação da comunidade celtibérica, quando surgem os elementos essenciais da cultura celtibera, como as necrópoles de cremação em que as armas faziam parte dos bens funerários e os fortes em locais elevados (já mencionados anteriormente como parte da cultura material dos Campos de Urnas e Hallstatt, adotados entre as comunidades celtas da Europa).

A segunda, Antigo Celtibero, acontece entre VI a V a.C. e tem como principal característica o desenvolvimento de novas tecnologias da metalurgia do ferro, que impulsionou uma concentração crescente de riqueza e poder por parte daqueles que controlavam as áreas de pastagens, minas de sal e produção de alimentos. Em detrimento disso, houve um crescimento populacional e, conseqüentemente, um número maior de novas cidades e assentamentos estáveis no território.

O próximo, Pleno Celtibérico, ocorrido entre o século V ao século III a.C., foi quando esses assentamentos estáveis se tornaram de fato grupos culturais, diferenciando-os entre si apesar de serem todos celtibéricos; também foi incorporado novos sistemas defensivos constituídos por muralhas angulares e torres retangulares; e as cidades adotaram o esquema urbanístico de ruas que levavam à uma praça central.

O Celtíbero Tardio, de III a I a.C., foi a fase mais importante da região, sendo o período do protagonismo bélico dentro da Península Ibérica e o aparecimento da escrita. Durante esse período, adotaram modos de vida cada vez mais urbanos, possuindo edifícios públicos e grandes vilas de tipo helenístico (que chegaram a Celtibéria através da cultura ibérica); cunhavam moedas (principal referência da escrita celtibérica); tinham uma organização social mais complexa, com senado, magistrado e normas que regulavam o direito público.

As cidades celtiberas cunhavam moeda já na primeira metade do século II a.C. e as emissões locais eram um indicador de identidade, expresso através dos nomes das cidades nas legendas e motivos para cunhagem. Apesar disso, eram relativamente semelhantes entre si. A cunhagem também é um forte indicador de hierarquia entre as cidades, porque umas emitiam em prata e bronze e outras apenas em bronze.



Figura 5. Denário celtibérico de Sekobirikes. Fonte: Colección Real Academia de la Historia

Um fato importante sobre a Celtibéria é que eles não possuíam unidade política ou homogeneidade étnica entre si (característica já discutida anteriormente entre as comunidades celtas no tópico 1), mas havia uma coligação entre os exércitos celtiberianos para manter um perímetro defensivo ao redor do núcleo da Celtibéria, sendo os arévacos maioria nessa liga. As fontes escritas informam sobre os limites territoriais da Celtibéria, com menção expressa às etnias consideradas celtiberas, às cidades a elas ligadas e ao território que ocupariam; mostram também uma noção clara da geografia fluvial da região que marcava o limite externo da coligação celtibérica. Um exemplo disso são as placas de Botorrita ou '*Os quatro bronzes de Contrebia Belaisca*'.

As placas de Botorrita são 4 placas de bronze descobertas em Botorrita (antiga Contrebia Belaisca), perto da atual Saragoça na Espanha e têm um cunho legislativo-político-judicial. São do final do século II a.C. e constituem o maior acervo da língua celtibérica. A primeira placa foi encontrada em 1970 e, até hoje, é o texto mais extenso escrito em celtibérico, consistindo em onze linhas de texto na frente e uma lista de nomes no verso, mas que ainda não foi completamente traduzido. Pelas partes que foram traduzidas, é possível concluir que é um documento legislativo emitido por um senado local. A segunda placa, nomeada *Tabula Contrebiensis*, foi encontrada em 1979 e é a única escrita em latim.

Em 1992, foi recuperada a terceira placa e esta consiste em uma lista de 254 nomes, sendo alguns deles pertencentes a diferentes grupos linguísticos. Em 1994, a quarta placa foi descoberta e o texto está fragmentado, mas, através de algumas palavras identificadas no texto, também é um texto legislativo/judicial.

4. AS GUERRAS CELTIBÉRICAS E A ROMANIZAÇÃO DA CELTIBÉRIA

Segundo Alonso (2021), a fim de tratar sobre a romanização da Celtibéria, é necessário começar pelas Guerras Púnicas (primeira e segunda). Inicialmente, romanos e cartagineses se enfrentaram pelo controle do estreito de Mesina pelo valor estratégico que ele possuía na Primeira Guerra Púnica (264-241 a.C.). Nessa época, os cartagineses tinham poder sob a Sardenha, Córsega, o oeste da Sicília e Lipari, que representava perigo para Roma na região sul do Mediterrâneo. Apesar da existência de tratados de respeito mútuo nessas áreas de influência, o exército romano iniciou sua intervenção para impossibilitar os cartagineses de concluir o domínio da Mesina. Com a vitória de Roma, Cartago teve que fazer um novo tratado e perder o poder sob a Sardenha e a Córsega, além de pagar indenizações aos romanos. Para pagar a dívida, eles começaram a explorar as minas da Península Ibérica até as margens do rio Ebro, porque Roma e Cartago tinham o tratado do Ebro, de 226 a.C., que limitava a expansão cartaginesa na península.

Em 221 a.C., ascende a figura de Aníbal, que transgride o limite imposto no tratado do Ebro e a expansão representa uma ameaça para os romanos na parte do mediterrâneo ocidental, começando assim a Segunda Guerra Púnica (220-202 a.C.). Até então, os romanos não tinham interesse em conquistar a Península Ibérica, centrando seus esforços apenas em derrotar os cartagineses. Porém, ao longo da guerra, os romanos fazem uma série de pactos e tratados com as tribos da península e estabelecem colônias, sendo estes fatores cruciais para expulsar os cartagineses da região em 206 a.C. na batalha de Ilipa, perceber as possibilidades de exploração econômica e iniciar o processo de romanização.

Com o domínio da região, os romanos começaram a explorar metais e outros bens para benefício próprio, mas, por um tempo, ninguém organizou o território conquistado e impor soberania entre as tribos da península, isto é, até nomearem dois cônsules, um para a Hispânia Citerior e outro para Hispânia Ulterior. Entre eles, foi sorteado quem deveria começar a guerra de soberania na Península Ibérica e Catão, o velho, cônsul da Hispânia

Citerior, foi escolhido. Com um exército de cinquenta e dois mil homens, chegou pela região de Ampurias e não aceitou promessas de submissão por parte dos indígenas, obrigando-os a entregar armas e desfazer estruturas defensivas. Entretanto, Catão manteve tratados com os mercenários celtibéricos para dominar os turdetanos. Catão não tinha nenhuma intenção de anexar o território da Celtibéria.

Após Catão, o cônsul Marco Fúlvio Nobilior quis conter a expansão dos celtiberos na Meseta, Hispânia Ulterior, vale do rio Ebro e Levante Peninsular, iniciando batalha contra váceos, vetões e celtiberos em 193 a.C. e vencendo-os em 181. Esta foi a Primeira Guerra Celtibérica, que terminou com parte dos territórios da Celtibéria anexados ao domínio romano. Durante esse período, em 179 a.C. precisamente, Tibério Graco conseguiu estabelecer paz entre os territórios da península a partir de políticas para as tribos terem fronteiras mais estritas, arrecadação de tributos e algumas proibições. Além disso, ele promoveu melhoras nos problemas sócio-econômicos das tribos celtíberas, proporcionados pela demografia de montanhas que viviam e solo pouco fértil para cultivo, que constistiam em técnicas agrárias conhecidas pelos romanos. Consequentemente impulsionaram a economia, pois o cultivo era parte da economia e não era suficiente visto que eles precisavam recorrer a saques e enviar a população como mercenários em guerras.

Não foi duradouro, porque havia muitas insatisfações por parte das tribos já que Roma passou a explorar ainda mais os recursos econômicos, minas de metais e terras de cultivo dos povos anexados, e aumentaram drasticamente os tributos e impostos recolhidos. Outro motivo para insatisfação eram os péssimos governantes romanos na região e um exército romano fraco para fins bélicos, havendo uma vitória dos lusitanos contra a dominação romana em seu território. E assim começa a Segunda Guerra Celtibérica, em 154 a.C., quando os belos decidem fazer uma muralha em volta da cidade de Segeda, que era contra o pacto que eles tinham feito com o Graco, rompendo-se assim o tratado de paz. O senado romano envia quatro legiões sob o comando de Quinto Fúlvio Nobilior para a parte Citerior e Lúcio Múmio Acaico para a parte Ulterior contra os lusitanos. Em 1 de janeiro de 153, os cônsules chegam à península acompanhados de trinta mil homens, fazendo com que os segedenses se refugiassem em território arévaco já que não houve tempo de construir a muralha defensiva da cidade. Nobilior foi se dirigindo ao território arévaco, mirando na Numância, região central de poder da Celtibéria, havendo diversos confrontos com os

celtíberos para defender seu território. Os romanos não conseguiram invadir a Numância e a guerra foi parada durante o inverno.

O Senado mandou o cônsul Claudio Marcelo para a Celtibéria Citerior, acompanhado de oito mil soldados, um número bem menor do que tinha Nobilior, para tentar um tratado de cessar-fogo com os celtíberos. Porém, não era um tratado igualitário e Claudio Marcelo teve de fazer alterações até conseguir estabelecer uma série de pactos com os indígenas a partir dos antigos tratados de Graco. Não foi uma decisão aprovada pelo Senado, que, por sua vez, decidiu dar continuidade à guerra na Celtibéria.

A Numância não era uma potência como Cartago, por isso os romanos demoraram para juntar esforços para derrubá-los. O interesse em dominar a Celtibéria era mais por uma questão de manter a soberania na região do que eles apresentarem um risco de fato à Roma. Dito isso, houveram vários cônsules enviados para tentar conquistá-los durante a segunda e terceira guerra celtíbera, mas não tinham um exército em grande escala ou possuíam boas estratégias de guerra. Apenas em 134 a.C. que o exército romano a mando de Cipião Emiliano, vencedor de Cartago, cerca a cidade e o rio Douro, única via de comunicação deles com o exterior, e arrasam a terra dos váceos, aliado de guerra dos numantinos, iniciando a Terceira Guerra Celtibérica. Os numantinos não conseguiram furar o cerco ou unir-se com outra tribo para lutar contra os romanos, acabando por morrer de fome ou foram vendidos como escravos. A Numância foi destruída e, assim, Roma conquista a Celtibéria.

A romanização se encontra muito forte após a conquista, visto que já de primeira instância grande parte dos soldados romanos preferiram continuar suas vidas na península, onde haviam estabelecidos laços e as terras poderiam ser compradas por preços baixos; a adição dos celtíberos ao exército romano; e o fator cultural celtibérico baseado em *hospitum*, conceito de hospitalidade como direito divino. Mesmo antes das guerras, eles possuíam uma base de clientes para trocar esse pacto de hospitalidade, que consistia em proteção e trânsito livre de pastores, ganhando retribuição em benefícios materiais. Essa cultura foi continuada após a dominação romana, havendo trocas favoráveis a ambos os povos.

Durante o Império, no século I a.C., César e Augusto implementaram algumas características romanas nas comunidades celtibéricas, concedendo cidadania para classes privilegiadas, que formaram oligarquias e cúrias municipais com princípios romanos, e incorporaram as cidades como municípios do Império Romano. A partir disso, as cidades

celtibéricas foram se modificando, se romanizando, em arquitetura e estrutura fluvial a partir de técnicas romanas de construção hidráulica para abastecer as cidades, economia, língua e política para se tornarem núcleos urbanos.

5. OS VESTÍGIOS DA LÍNGUA CELTIBÉRICA NO LATIM E NAS LÍNGUAS ROMÂNICAS

5.1 Toponímia – maiores evidências de influência

A partir dos artefatos escritos, em ênfase as moedas feitas pelas tribos celtibéricas durante o século II em diante (figura 5), que continham o nome da cidade cunhada em bronze ou prata, foi notado a presença do sufixo *-briga* no nome das cidades, que é possível traçar um paralelo com outras tribos celtas isoladas. A origem do sufixo não é certa, mas sabe-se que deriva da raiz comum das línguas indo-europeias: *bhergh-*, também vista em línguas célticas como o antigo irlandês, e significa algo similar à 'colina', fazendo menção ao tipo de cidade que eles viviam, uma colina que tem um forte no alto e muralha em volta.

O texto de Alonso (2006) traz a questão dessa terminação dos nomes das cidades como uma forma de esboçar um possível mapa das línguas faladas na Península Ibérica antes da invasão romana, chegando a conclusão de que, apesar de ser um termo celta, também foi apropriado por falantes de outras línguas ibéricas, entre as causas, possivelmente o fator de livre circulação entre fronteiras causadas pelo *hospitum* discutido no tópico anterior.

É confirmado que a toponímia é celta, porque as línguas celtas produziram um resultado fonético baseado em um *-r-* vocálico bastante peculiar no contexto do conjunto de línguas indo-europeias (p. 695), portanto, a possibilidade de ser outra língua indo-européia da Europa ocidental ou de alguma outra língua hispânica é baixa.

A formação do nome das cidades se dá de duas formas, a primeira sendo a terminação *-briga*, que significa 'a cidade (montanhosa/fortificada) de...!', junto de um nome de pessoa ou nome de outro lugar; a segunda forma acontece a partir da combinação de *-briga*, que aqui significa 'a cidade (montanhosa/fortificada) que...!', e um adjetivo (p. 695).

Como exemplo da primeira situação, temos *August-o-briga, 'o forte dedicado ao Augusto', sendo o primeiro elemento da língua latina, que atesta a influência dos romanos no século I e, em especial, Augusto, que propôs mudanças significativas na cultura celtibérica; e *Tala-briga, 'o forte de Tala', que pode ser um rio porque *tala-* talvez seja de origem grega, sendo algo similar a 'água parada, lagoa, pântano', e pela localização geográfica dos celtiberos ao longo dos rios. Como exemplo da segunda maneira, temos *Cott(o)-ai-o-briga, que por definição é possivelmente 'Fortaleza Montanhosa' já que *cotto-* e suas formas derivadas são similares ao castelhano moderno 'cueto', que é montanha.

5.2 *Tabula Contrebiensis* – um documento celtibero-romano

Como dito anteriormente, foram encontradas quatro placas de bronze perto de Saragoça, as 'placas de Botorrira', que contém vestígios da língua celtibérica, e, entre elas, há uma escrita em latim vulgar, no século I a.C. O conteúdo já passou por algumas traduções, que possuem lacunas pelo apagamento de algumas partes da placa e, por isso, precisou que algumas palavras fossem supostas para garantir o pleno entendimento do texto (Anexo 1 e 2). O apagamento se deu por conta da corrosão do tempo e do fogo ocorrido em Contrebia Belaisca quando a cidade foi completamente destruída por Júlio César em 49 a.C.

Em suma, é uma ação judicial de 15 de maio de 87 a.C., acerca de uma canalização de água, provavelmente do rio Ebro, que Salduie (atual Saragoça) pretendia realizar na terra que compraram dos Sosinestani, de origem ainda não conhecida, e que a população de Alaun (atual Alagón) se sentiu prejudicada. As partes confiaram a decisão aos neutros (os magistrados de Contrebia Belaisca), que agiram em favor dos saluienses e em comum acordo com o cônsul romano da Hispânia Citerior que havia sido enviado para intervir na Celtibéria e garantir a não-revolta do povo, Caio Valério Flaco. No final, eles citam o nome dos participantes dessa ação judicial.

5.2.1. Vocabulário do Direito Romano

A partir das contribuições de J. S. Richardson, Peter Birks e Alan Rodger em cima da tradução fornecida por Guillermo Fatás da *tabula contrebiensis*, é possível concluir que o texto foi escrito dentro dos moldes do processo formular romano, que faz parte do Direito Privado descrito nas Institutas de Gaio. As fórmulas eram utilizadas quando as duas partes

concordavam em submeter a controvérsia ao julgamento de um terceiro; neste caso, Salduie e Alaun submeteram a controvérsia ao julgamento de Contrebia Belaisca.

É dividida em partes (anexo 1 e 2): *intentio*, a pretensão do autor, que se inicia pelas palavras *si paret*, vista na linha 1 quando é dito "*sei par[et ag]rum quem Salluienses...*"; *demonstratio*, o pretor explica ao juiz a causa da ação para que possa ser julgada (linhas 1-5); *adiudicatio*, o pretor atribui ao juiz o poder de dividir um patrimônio ou uma coisa comum entre vários co-proprietários (linhas 6-11); e, por último, *condemnatio*, quando o pretor atribui ao juiz o poder de condenar ou absolver o réu (linhas 12-14).

As etapas *demonstratio* e *adiudicatio* acabam da mesma forma, "*tum sei ita [p]arret eei iudices iudicent*", exigindo que uma declaração seja dada nos termos da reivindicação *salluiesiana*, e "*sei non parret iudicent*", que contém uma instrução para que uma declaração seja dada nos termos da reivindicação dos oponentes.

É válido dizer que, apesar de eles seguirem as etapas do processo formular romano, a fórmula é adaptada às suas próprias leis e costumes. Esse processo é diferente do que se é conhecido nos tribunais romanos, embora algo semelhante possa ter sido utilizado para transformar uma decisão legal em dinheiro para o benefício de uma decisão bem sucedida. A última parte, por exemplo, não é feita de forma plena, não há uma condenação e a resolução do problema foi decidida dentro das leis dos *Sosinestani*.

Dentro do *adiucatio*, há uma problemática apresentada pela frase "*Sei Sosinestana ceivitas [ess]et...*", que é: se há um código civil dos *Sosinestanos* que os fazem existir como Estado e garantir que aquelas terras vendidas para os *Salluienses* são de domínio público do Estado; se esse código civil não existe, a terra deve ser caracterizada como domínio privado dos indivíduos *Sosinestanos* e não pode ser vendida pelo Estado *Sosinestano*.

A diferenciação de público e privado é característica fundamental do Direito Romano, demonstrando o grande conhecimento que eles tinham acerca do assunto, mas que, ao mesmo tempo, eles decidiram utilizar como influência para suas ações judiciais ao invés de ser a norma.

5.2.2 O uso do ditongo 'ei'

Dentro do que já se sabe sobre os aspectos linguísticos da língua celtibérica, fornecido por Cólera (2007), o ditongo 'ei' que aparece nas palavras latinas da *tabula contrebiensis* (anexo 1 e 2) já é conhecido como um processo de mudança *ē> ī das línguas célticas, compartilhado, por exemplo, com o armênio.

Não está claro se o celtiberiano passou por essa mudança em todas as palavras, mas há evidências, como no bronze de Luzaga (placa celtibérica encontrada no século XIX), onde encontramos *teiuoreikis*, que remete ao *dē̄yo-rīks proto-céltico e que vem de *deīyo-rēks. Nesta palavra, o celtiberiano teria sofrido o processo de mudança ē> ī na sílaba final.

Continuando com a palavra *teiuoreikis* < *dē̄yo-rīks < *deīyo-rēks, o uso dos mesmos sinais gráficos tanto na primeira sílaba <tei> quanto na última <reik(i)s> parece indicar que o celtiberiano não herdou o ditongo original, mas a forma já monotongizada, como ocorreu em outras línguas celtas. Entretanto, o processo de fusão com ī, através de uma etapa intermediária ē, ainda existiu. Ou seja, a grafia 'ei' teria sido usada para indicar tanto ē/ī de um ditongo original *ei quanto ī de um *ē original. (página 753)

Latim celtibérico	Latim clássico	Português
'quei'	'quī'	'pode'
'sei'	'sī'	'se'
'eei'	'ī'	'vai'
'scriptei'	'scrīptī'	'escritura'
'ceivitas'	'cīvītās'	'código civil'
'preivatūm'/'preivato'	'prīvātūm'/'prīvātō'	'privado'
'heisce'	'hīscē'	'aqui'
'eidibus'	'īdībūs'	'idos'
'maieis'	'māīis'	'maio'

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho pretendeu unir as faces históricas, arqueológicas e linguísticas para um aprofundamento de uma civilização ainda pouco estudada, traçando um panorama geral para explicar o porquê o celtibérico pode representar influência para as línguas românicas atuais baseado no que já existe de conhecimento acerca da língua e da *tabula contrebiensis*.

Iniciou-se com a entrada dos celtas na península através da cultura migratória e como eles se instalaram na região, iniciando um processo de celtização das outras civilizações que já habitavam o local, criando assim novas comunidades étnicas e linguísticas, entre elas, o celtibérico.

Em seguida, é apresentado como nasceu e se desenvolveu as cidades celtibéricas, a língua e os vestígios arqueológicos encontrados a partir do século XIX, dando ênfase nas participações em guerras contra os romanos, que resultaram na conquista e eventual destruição da região.

Por fim, trabalho em cima do conhecimento já existente sobre a língua celtibérica para traçar a influência no latim e nas línguas românicas atuais, apresentando três características: o nome das cidades espanholas que permanecem em celtíbero, o vocabulário jurídico romano na *tabula contrebiensis* e o uso do ditongo 'ei' ao invés do 'i' no latim falado por eles.

Entretanto, em um curto período de tempo, não foi possível analisar plenamente todos os aspectos celtibéricos no latim apresentado na *tabula contrebiensis*, sendo este trabalho apenas uma base inicial para análises posteriores da placa em um possível mestrado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARTINEZ, Eugenio R. Luján. The Language(s) of the Callaeci. **E-Keltoi: Journal of Interdisciplinary Celtic Studies**, Milwaukee, v. 6, n. 16, p. 715-748, mar. 2006.

QUINTELA, Marco V. Garcia. Celtic Elements in Northwestern Spain in Pre-Roman times. **E-Keltoi: Journal of Interdisciplinary Celtic Studies**, Milwaukee, v. 6, n. 10, p. 497-569, out. 2005.

MORENO, Luis A. Garcia. Celtic Place and Personal names in Spain and the Socio-political Structure and Evolution of the Celtiberians. **E-Keltoi: Journal of Interdisciplinary Celtic Studies**, Milwaukee, v. 6, n. 14, p. 675-688, jan. 2006.

LORRIO, Alberto J.; ZAPATERO, Gonzalo Ruis. The Celts in Iberia: an overview. **E-Keltoi: Journal of Interdisciplinary Celtic Studies**, Milwaukee, v. 6, n. 4, p. 167-254, fev. 2005.

ALONSO, Juan Luis Garcia. -Briga Toponyms in the Iberian Peninsula. **E-Keltoi: Journal of Interdisciplinary Celtic Studies**, Milwaukee, v. 6, n. 15, p. 689-714, fev. 2006.

CÓLERA, Carlos Jordán. Celtiberian. **E-Keltoi: Journal of Interdisciplinary Celtic Studies**, Milwaukee, v. 6, n. 17, p. 749-850, mar. 2007.

ALONSO, Iván Cerrada. **La Celtiberia, de las Guerras de Conquista a la romanización**. 2020. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidad de Valladolid, Valladolid, 2021.

BIRKS, Peter; RODGER, Alan; RICHARDSON, J. S.. Further aspects of the Tabula Contrebiensis. **The Journal Of Roman Studies**. Cambridge, p. 45-73. 1984.

RICHARDSON, J. S.. The Tabula Contrebiensis: roman law in spain in the early first century b.c.. **The Journal Of Roman Studies**. Cambridge, p. 33-41. 1983.

MORENO, Eduardo Sánchez; RUBIO, Alberto Pérez; RIAZA, Enrique García. Fronteras y agregaciones políticas en Celtiberia: datos para un debate. **Cadernos de Pré-História e Arqueologia da Universidade Autônoma de Madrid**, Madrid, v. 41, p. 69-85, 2015.

SILVA NETO, SERAFIM. **História da Língua Portuguesa**. 4ed. Rio de Janeiro: Presença, 1986.

YANGUAS, Serafin Olcoz; MARQUES, Manuel Medrano. Los celtíberos y la ubicación de Celtiberia en el relato de la segunda Guerra Púnica, de Tito Livio. **Espacio, Tiempo y Forma**, Saragoça, v. 23, p. 307-340, 2010.

GARCÍA, Diego Cabanzón. "La puesta en valor del patrimonio arqueológico de la Edad del Hierro aplicado a los denominados "Poblados Cántabros". 2020. 89 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidad de Cantabria, Cantabria, 2021.

BOSCH-GIMPERA, Pere. "O neo-neolítico na Europa Ocidental e o problema de sua cronología", **Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia**, Porto, v. III, fase 4, p. 277-287, 1930.

PINHO, J. de. Expansão da cultura megalítica: no concelho de Amarante (subsídios para a história do povo amarantino). **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, [S. l.], v. 4, 2018.

J. BERTRANPETIT; CAVALLI-SFORZA, L.L. 55., 1991, Londres. **A genetic reconstruction of the history of the population of the Iberian Peninsula**. Londres: Annals Of Human Genetics, 1991. 16 p.

GIMBUTAS, Marija. **Bronze Age Cultures in Central and Eastern Europe**. Berlim: Walter de Gruyter, 1965.

BETTENCOURT, A.M.S. (1998). **O conceito de Bronze Atlântico na Península Ibérica**, in S.O. Jorge (ed.), Existe uma Idade do Bronze Atlântico? Trabalhos de Arqueologia - 10, Lisboa: IPA, 18-39.

CUNLIFFE, Barry. **The ancient celts**. Londres: Penguin Books, 1997.

VAQUERIZO, Inmaculada Cifuentes. **LOS 4 BRONCES DE CONTREBIA BELAISCA**. Disponível em: <https://botorrita.com/los-4-bronces-de-contrebia-belaisca/>. Acesso em: 18 dez. 2023.

CLAYTON, Matt. **Celts: a captivating guide to ancient celtic history and mythology, including their battles against the roman republic in the gallic wars**. Ch Publications, 2019.

ALMAGRO-GORBEA, M.; LORRIO, A.. La expansión céltica en la Península Ibérica: una aproximación cartográfica. In: SIMPOSIUM SOBRE LOS CELTIBEROS, 1., 1987, Saragoça. **Simposium sobre los Celtiberos**. Saragoça: Fernando El Católico, 1987. p. 105-122.

LORRIO, Alberto J.. **Los Celtíberos**. 2001. Disponível em: https://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/los-celtiberos-0/html/00115830-82b2-11df-acc7-002185ce6064_1.html#l_1_. Acesso em: 18 dez. 2023.

AREÁN-GARCÍA, Nilsa. Breve histórico da Península Ibérica. **Philologus**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 25-48, dez. 2009.

ANEXO 1

- 1 Senatus Contrebie[n]sis quei tum aderunt iudices sunt. Sei par[ret ag]rum quem Salluienses
- 2 [ab Sosinest]ane[is] emerunt rivi faciendi aquaive ducendae causa qua de re agitur Sosinestanos
- 3 [iure suo Sa]lluiensibus vendidisse inviteis Allavonensibus; tum sei ita [p]arret eei iudices iudicent
- 4 eum agrum qua de re agitur Sosinestanos Salluiensibus iure suo vendidisse; sei non [parre]t iudicent
- 5 iure suo non vendidi[sse.]
- 6 Eidem quei supra scriptei [sunt] iudices sunt. Sei Sosinestana ceivitas [ess]et, [t]um, qua Salluiensis
- 7 novissime publice depa[laru]nt qua de re agitur, sei [i]ntra eos palos Salluiensis rivom per agrum
- 8 publicum Sosinestanorum iure suo facere liceret [aut] sei per agrum preivatam Sosinestanorum
- 9 qua rivom fieri oporteret rivom iure suo Sal[luiensibus fac]ere liceret dum quanti is a[ger] aestumat[us]
- 10 esset, qua rivos duceretur, Salluienses pe[quonia]m solverent, tum, sei ita [p]arret, eei iudices iudicen[t]
- 11 Salluiensibus rivom iure suo facere licere; [sei] non parret iudicent iure suo facere non licere.
- 12 Sei iudicarent Salluiensibus rivom facere licere, tum quos magistratus Contrebiensis quinque
- 13 ex senatu suo dederit eorum arbitratu pro agro preivato q[u]a rivos ducetur Salluienses
- 14 publice pequniam solvont. Iudicium addeixit C. Valerius C.f. Flaccus imperator.
- 15 Senten[iam] deixerunt: quod iudicium nostrum est qua ee re agitur secundum Salluienses iudicamus. Qu[om] ea res
- 16 iu[dic]ata[st mag]is[tr]atus Contrebiensis heisce fuerunt: Lubbus Urdinocum Letondonis f. praetor; Lesso Siriscum
- 17 [Lubbu f. Ma]gistratus; Babbus Bolgondiscum Ablonis f. magistratus; Segilus Annicum Lubbi f. magistratus;

- 18 [c. 11 letters]ulovicum Uxe[. .]i f. magistratus; Ablo Tindilicum Lubbi f. magistratus. Caussam Sallui[ensium]
- 19 [defendit...]assius Eihar f. Salluiensis. Caussam Allavonensium defendit Turibas Teitabas f.
- 20 [Allavonensis. Ac]tum [C]ontrebiae Belaiscae eidibus Maieis, L. Cornelio Cn. Octavio consulibu[s].

Transcrição da Tabula Contrebiensis. Fonte: J. S. Richardson (1984)

ANEXO 2

Os presentes do Senado Contrebianos serão os juizes. Se assim for provado que o terreno que os salluienses compraram dos sosinestanos para construir um canal ou fazer um abastecimento de água, cuja questão está em litígio, foi vendido pelos sosinestanos com plenos direitos aos salluienses, [mesmo] contra a vontade dos alavonenses. Nesse caso, se isso for provado, que estes juizes decidam que o terreno cuja questão está em litígio foi vendido pelos Sosinestanos aos Saluienses com plenos direitos; se for provado que não, que eles determinem que não o venderam com plenos direitos.

Que as mesmas pessoas mencionadas acima sejam os juizes. Partindo da suposição que <existe de fato um código civil Sosinestano>, então, o lugar que os salluienses recentemente e oficialmente colocaram estacas, que é a questão posta em objetivo nesta ação, se os saluienses teriam o direito de fazer o aqueduto pelas terras públicas pertencentes ao povo sosinestano, dentro desses marcos fronteiros; ou se os salluienses teriam direito de fazer um canal pelas terras privadas dos sosinestanos, no lugar onde o canal seria feito, contanto que os salluienses paguem a taxa para acessar as terras onde o canal será feito; então, se assim parecer, deixem os juizes julgarem se os salluienses têm direito de fazer o canal; se assim não parecer, deixem-os julgar que eles não têm direito de fazê-lo.

Se decidirem que os salluienses podem realizar a canalização, que os salluienses paguem então com dinheiro público pela terra privada por onde a canalização será realizada, de acordo com a arbitragem de cinco [membros] da magistratura Contrebianos designados [para este fim] pelo seu senado. Caio Valério Flaco, filho de Gaius, imperador, aprovou esse processo judicial.

[Os juizes] expressaram sua opinião: 'Como temos o poder de julgar, julgamos, no assunto em questão, a favor dos salluienses.' Quando esta questão foi julgada, estes eram os

[membros] da magistratura contrebiana: Lubbo, dos Urdinos, filho de Letondo, pretor [de Contrebia]; Lesso, dos Sirisos, filho de Lubbo, magistrado; Babbo, dos Bolgondisos, filho de Ablon, magistrado; Segilus, dos Annianos, filho de Lubbo, magistrado; ...atus, dos ...ululianos, filho de Uxêncio, magistrado; Ablon, dos Tindilianos, filho de Lubbo, magistrado. A causa dos salluienses foi defendida por ...asius, filho de ...eihar, um salluiense. A causa dos alavonenses foi defendida por Turibas, filho de Teitabas, um alavonense. Acontecido em Contrebia Balaisca, nos idos de maio (dia 15), no ano em que Lúcio Cornélio e Cneu Otávio foram cônsules (87 a.C.)

Tradução livre feita a partir da tradução de língua inglesa fornecida por J. S. Richardson (1984)